



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
GABINETE DO PREFEITO
Procuradoria-Geral do Município**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VISANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E SOLUÇÕES PARA APRIMORAR BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, COM SISTEMAS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS CIDADÃOS E EXIGÊNCIAS LEGAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MANTENDO UMA CONVERSÃO TOTAL DOS DADOS HISTÓRICOS, IMPLANTAÇÃO COM ADERÊNCIA E MODELAGEM DOS PROCESSOS INTERNOS, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO AOS USUÁRIOS, ASSIM COMO ACOMPANHAMENTO ASSISTIDO IN LOCO”.

DECISÃO REVOGATÓRIA DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se do Pregão Presencial nº 12/2020, que objetiva a contratação de empresa especializada, visando o fornecimento de serviços e soluções para aprimorar boas práticas de gestão pública e governança, com sistemas que atendam as necessidades dos cidadãos e exigências legais de prestação de contas, mantendo uma conversão total dos dados históricos, implantação com aderência e modelagem dos processos internos, capacitação e treinamento aos usuários, assim como acompanhamento assistido in loco.

A Procuradoria-Geral do Município emitiu o Parecer Jurídico nº 53/2020 opinando pela revogação da presente licitação, por verificar algumas irregularidades exigidas no projeto básico e edital convocatório.

Nesse sentido, acolho o parecer referido, e menciono que verifica-se que estamos diante de argumentos suficientes para a revogação do certame em comento, nos termos do Art. 49 da Lei 8.666/93, conforme transcrito abaixo:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.”

Diante dos fatos constatados e averiguados, conforme acima expostos, a administração tem o dever de revogar de forma adequada o certame, a qual é prevista e amparada na orientação legal acima transcrita.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA
GABINETE DO PREFEITO
Procuradoria-Geral do Município

Deve-se atentar, sempre, que a Administração Pública não pode se afastar dos princípios basilares de sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse público, com base na imparcialidade.

Desse modo, conforme amparo legal, a Administração Pública poderá rever o seu ato e consequentemente revogar o processo licitatório, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

Pelos fatos e fundamentos expostos acima, e com base no disposto no art. 49 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), **DETERMINO A REVOGAÇÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, uma vez que devem ser feitas várias modificações no edital convocatório e projeto básico, evitando-se possíveis irregularidades no certame.

Posteriormente, devem ser analisadas todas as possíveis irregularidades no Projeto Básico do certame, antes da publicação de novo procedimento licitatório.

Registre-se.

Cumpra-se.

Publique-se urgentemente.

Intimem-se os interessados.

Gabinete do Prefeito Municipal de Unistalda, RS, 11 de dezembro de 2020.

JOSÉ AMÉLIO UCHA RIBEIRO
Prefeito Municipal